



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 02/2023

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 48.941/2023 e parecer técnico nº 52/2023, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: Garden Park Cidade Jardim Empreendimentos SPE LTDA.
Endereço: Av. Brasil, no 2260, sala 03, bairro Centro
CEP: 88330-050 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 17.214.416/0001-05

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais.
Empreendimento: Garden Park Home Club
Porte: Grande
Potencial Poluidor Geral: Médio

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua Miguel Matte, no 586, Bairro Pioneiros
DIC: 187352
CEP: 88331-030 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734.438,9 – (Y): 7.014.812,2

4. DA INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, **autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: Garden Park Home Club
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-I-C
- 5.3. Área do Terreno: 13.945,84 m²
- 5.4. Matrícula da Propriedade: nº 44.470; 114.391; 114.392
- 5.5. Unidades Habitacionais: 522 (quinhentos e vinte e dois)
- 5.6. Pavimentos: 57 (cinquenta e sete) por torre
- 5.7. Blocos: 03 (três)
- 5.8. Área a Edificar: 107.634,84 m²
- 5.9. Necessidade de Supressão Vegetal: Sim
- 5.10. Drenagem Pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem ambiental
- 5.11. Efluentes Sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto
- 5.12. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios
- 5.13. Abastecimento de Água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

6.1. RRT nº 13512767 (Registro 000A112860)

Responsável técnico: Guilherme Takeda
Atividade Técnica: Projeto de Arquitetura Paisagística (projeto)

6.2. RRT nº SI8594551R02 (Registro 000A251569)

Responsável técnico: Andres Juan Bando
Atividade Técnica: Projeto Arquitetônico (projeto)

6.3. ART nº 7433805-1 (Registro 024884-9-SC)

Responsável técnico: Bruno Ricardo Franzmann
Atividade Técnica: Rede Hidrossanitária (projeto); Rede de Águas Pluviais (projeto); Sistema Preventivo de Incêndio (projeto); Rede de Gás Canalizado em Edificações (projeto); Plano de Ação Emergencial - PAE em Edificação (elaboração)

6.4. ART nº 7845736-2 (Registro 104652-4-SC)

Responsável técnico: Vinicius Tischer
Atividade Técnica: Gestão Ambiental (estudo); Saneamento (estudo); Edificação de Alvenaria para Fins Diversos (estudo); Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (elaboração); Ruídos e Vibrações – Não Ocupacionais (elaboração); Riscos Ambientais Aplicada à Área da Engenharia Ambiental (controle)

6.5. ART nº 7713999-1 (Registro 151334-6-SC)

Responsável técnico: Patrick Jose Rosa

Atividade Técnica: Terraplenagem (projeto); Corte e/ou Aterro – Movimentação de Solos (projeto)

6.6. ART nº 9051594-0 (Registro 008332-0-SC)

Responsável técnico: Carlos Roberto Machado

Atividade Técnica: Sondagem (execução)

7. CONTROLES AMBIENTAIS

7.1. Plano de Controle Ambiental da Construção (PCA) – Fase de Instalação.

7.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) – Fase de Instalação.

7.3. Programa de Ação a Emergência e Boas Práticas em Combate a Poluição por Óleos – Fase de Instalação.

7.4. Programa de Monitoramento de Ruídos – Fase de Instalação.

7.5. Programa de Controle e Manutenção das Instalações Provisórias de Esgotamento Sanitário e Drenagem – Fase de Instalação.

7.6. Projeto de Paisagismo – Fase de Instalação.

7.7. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) – Fase de Operação.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

8.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

8.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

8.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

9. CONDIÇÕES DE VALIDADE**9.1. Condicionantes específicas**

9.1.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAI.

9.1.2. A Licença Ambiental viabiliza a instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

9.1.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.

9.1.4. A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa.

9.1.5. Quanto à movimentação de solos:

9.1.5.1. Áreas de empréstimo ou depósito de RSCC Classe A deverão ser devidamente licenciadas.

9.1.5.2. O empreendimento não prevê rebaixamento do lençol freático.

9.1.5.3. Os taludes porventura conformados na área do empreendimento deverão ser estabilizados e vegetados.

9.1.6. Quanto aos resíduos sólidos:

9.1.6.1. O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

9.1.6.2. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.

9.1.6.3. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.

9.1.6.4. Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.

9.1.6.5. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

9.1.6.6. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.

9.1.7. Quanto aos efluentes líquidos:

9.1.7.1. No canteiro de obras, deverão ser utilizados banheiros químicos, sendo os efluentes recolhidos e encaminhados para empresa devidamente licenciada. Alternativamente, os efluentes sanitários poderão ser encaminhados à rede de coleta municipal da EMASA.

9.1.7.2. Os efluentes provenientes da lavagem dos equipamentos da obra deverão ser direcionados à caixa de retenção de sólidos e reaproveitados, somente podendo ser lançados na rede de drenagem após adequada decantação.

9.1.7.3. A lavagem de materiais contaminados, como pincel e latas de tintas, deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) ser posteriormente destinados a empresas licenciadas.

9.1.7.4. Deverão ser instaladas caixas de retenção de gordura para todos os ambientes que possuem pias de cozinha ou que produzam efluentes com gordura, antes de sua ligação à rede coletora de esgotos.

9.1.8. Quanto à drenagem pluvial:

9.1.8.1. O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.

9.1.8.2. Os tanques de retardo e de reaproveitamento deverão ser instalados conforme projetos aprovados.

9.1.8.3. Deverão ser instalados mecanismos hidrossanitários com eficiência de consumo de água.

9.1.8.4. Deverá ser mantida faixa sanitária mínima de 2,5 metros em ambas as extremidades da tubulação do curso hídrico canalizado no imóvel.

9.1.8.5. A impermeabilização do solo e as obras de drenagem a serem realizadas não poderão acarretar prejuízos às comunidades localizadas a montante ou a jusante do empreendimento.

9.1.9. Quanto à arborização:

9.1.9.1. O empreendedor deverá executar o projeto paisagístico no prazo de validade desta licença.

9.1.9.2. As duas figueiras nativas presentes no imóvel somente poderão ser transplantadas após a emissão da respectiva Autorização para Transplante.

9.1.10. Quanto à fauna:

9.1.10.1. Havendo necessidade de resgate/relocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.

9.1.11. Quanto à prevenção de poluição:

9.1.11.1. O empreendedor deverá executar e manter todos os programas ambientais propostos.

9.1.11.2. Deverão ser instalados bicicletários internos e públicos.

9.1.11.3. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.

9.1.11.4. Óleos lubrificantes e combustíveis deverão ser armazenados em local devidamente sinalizado, com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.

9.1.11.5. Deverão ser atendidos os limites de nível de pressão sonora estabelecidos pela NBR 10.151 com monitoramento, no mínimo, semestral.

9.1.11.6. Todos os trabalhadores deverão utilizar EPIs que contemplem protetores auriculares.

9.1.11.7. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.

9.1.11.8. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.

9.1.11.9. Todos os equipamentos utilizados devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.

9.1.11.10. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

9.1.12. Deverão ser apresentados, **até o dia 31 de janeiro de cada ano**, durante toda a fase de instalação, relatórios técnicos de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução dos planos e programas propostos; III) Cópia das ARTs dos profissionais responsáveis pela execução dos planos e programas propostos; IV) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; V) cópia da Licença Ambiental de todas as empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final de todas as classes de resíduos geradas pelo empreendimento; e VI) Outros documentos comprobatórios pertinentes.

9.1.13. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo minimamente as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

PRAZO DE VALIDADE

48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

| | | | |
|---------------------|-----|----------|------|
| Balneário Camboriú, | 20 | Dezembro | 2023 |
| Local | dia | Mês | Ano |

Maria Heloisa Furtado Lenzi
Secretária de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.